SINTRAJUD
nossa luta faz acontecer
FENAJUFE

Jornal do Judiciário

COORDENAÇÃO NACIONAL Conlutas DE LUTAS
Filiado à Conlutas

Sexta-feira, 12 de março de 2010 - Número 373 - 13.000 exemplares - Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário - www.sintrajud.org.br - (11) 3222.5833

Participe das assembleias e da luta pela aprovação do PCS-4

Para pressionar o Congresso Nacional, os servidores devem preparar a greve ainda neste primeiro semestre



Wladimir Aquiar

Luta pelo PCS-3, em 2006

Data e local das assembleias

TRF/JF
18 de março, às 13h, no auditório da JF

TRE
23 de março, às 13h, em frente ao prédio da Francisca Miquelina

JT
24 de março, às 13h, no Fórum Ruy Barbosa

Pauta:
- Campanha pelo PCS
- Jornada de 6 horas
- Luta contra o congelamento de salários dos servidores

Do dia 18 a 24 de março, o Sintrajud realiza rodada de assembleias setoriais para retomar a mobilização pela aprovação do PCS-4, que está tramitando no Congresso Nacional. As deliberações das assembleias serão apresentadas no Congresso da Fenajufe (Congrejufe), que será realizado do dia 27 a 31 de março, em Fortaleza.

No congresso, fórum nacional da categoria, os delegados votarão o novo calendário de luta, que deve incluir a preparação de uma greve por tempo indeterminado e a realização de atividades mais intensas em Brasília e nos estados, informa Claudio Klein, diretor de base do Sintrajud e coordenador da Fenajufe.

De acordo com ele, em reunião realizada pela diretoria executiva da Fenajufe, no último dia 26 de fevereiro, foi avaliado que "diante das dificuldades enfrentadas, especialmente pela falta de previsão orçamentária para a implementação do novo PCS ainda em 2010 e também devido à tramitação do PLP 549/09 (que limita os gastos com o funcionalismo, prevendo congelamento de salário), a categoria precisa retomar as mobilizações em todo país".

"A exemplo dos PCSs anteriores, esse não será diferente e só sairemos vitoriosos através da luta e da unidade da categoria nacionalmente", ressalta Klein.

PCS-4 deverá ser apreciado pela CTASP dia 24

Os projetos de lei serão submetidos a apreciação do plenário da comissão de trabalho da Câmara

Os projetos de Lei 6613/09 (PCS-4) e 6697/09 (do MPU) serão submetidos à apreciação do plenário da CTASP (Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público) na sessão do dia 24 de março.

A informação foi transmitida na quarta-feira (10), pelo relator dos projetos, deputado Sabino Castelo Branco (PTB/AM), ao diretor do Sintrajud e coordenador da Fenajufe, Antonio Melquiades, o Melqui, à presidente do Sinasempu, Edilene Vasconcelos, e aos representantes dos servidores do Poder Judiciário, Ronaldo Cavalcante, (Assejufam), Elongio Moreira (Sinjeam) e Eduardo Figueira (Sitraam/RR), no Congresso Nacional.

Na reunião com os sindicalistas também estava presente o presidente da CTASP, Alex Canziani (PTB/PR), que colaborou nas discussões e assumiu o compromisso de pautar os PLs do MPU e do Judiciário na data combinada com o deputado Sabino e com os representantes das categorias, dia 24 de março.

A presidente do Sinasempu, Edilene Vasconcelos, preocupada com a proximidade do feriado e da consequente interrupção das atividades no Congresso, apresentou ao parlamentar o desejo da categoria de que o projeto seja apreciado o quanto antes pela comissão.

Castelo Branco explicou que, embora o relatório já esteja em andamento, não será possível submetê-lo à apreciação da comissão na próxima quarta-feira, (17), em decorrência da realização de uma audiência pública com o ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, confirmada pelo presidente da CTASP.

"É importante, também, que servidores e dirigentes de todo o País procurem contatar e pedir apoio aos deputados da CTASP em seus Estados", ressaltou Melqui.



Luana Ramos

Melqui com Sabino Castelo Branco, relator do PL do PCS-4

Pág 3
Sindicato garante MI pela aposentadoria especial dos oficiais de justiça

Pág 3
Sintrajud entrega pauta de reivindicações à administração do TRE

Pág 3
Sintrajud entra com ação contra o Imposto Sindical

OPINIÃO DO SINTRAJUD

Brasil banca as multinacionais

Há uma ideia interessante no pequeno livro Corrida para o Século XXI, do historiador brasileiro Nicolau Sevcenko. A chamada Globalização, tida por muitos autores como Mundialização, permitiu que a grande burguesia internacional extraísse de cada país aquilo que ele tem de mais lucrativo. Os parques produtivos são instalados nas regiões com menos legislação trabalhista e ambiental; ou onde os mecanismos de fiscalização são inexistentes ou incompetentes.

As sedes das empresas, por sua vez, permanecem nos países de 1º mundo, onde o nível de vida é melhor e é onde residem os executivos delas. A transferência de recursos pode ser feita, tranquila e rapidamente, de forma virtual, independentemente se o país que abrigou uma unidade fabril teve seus recursos naturais e humanos dilapidados.

Um bom exemplo desta teoria é a Philips, que tinha uma planta instalada em São José dos Campos, no Vale do Paraíba. Com o ritmo de produção alucinante, cerca de 40% dos metalúrgicos tinham alguma lesão física. Quando a empresa fechou, em 2006, os trabalhadores foram demitidos e nenhuma autoridade sequer pediu satisfações. Muitos desses trabalhadores hoje dependem dos recursos do INSS para sobreviverem. Ou seja, é o Estado brasileiro que acaba socorrendo os enfermos deixados por uma empresa estrangeira. Mas não nos enganemos, as empresas nacionais fazem o mesmo, basta observar os constantes protestos realizados pelos trabalhadores belgas contra o modelo de gestão aplicado pela AB InBev, fabricante das cervejas Brahma e Skol.

Depois que o mundo foi sacudido pela crise financeira e os bancos socorridos pelos Estados, chega a hora de cobrar a fatura. A conta vai para as costas dos trabalhadores e na Europa uma série de radicalizados protestos acontecem diariamente. Os trabalhadores reivindicam a manutenção dos direitos conquistados ao longo de anos, dos salários e do nível de vida, nada mais óbvio e justo.

Previsão do BC é que remessa de lucro supere 2008

Como a economia dos países centrais está em recessão, o mercado e a produção no Brasil começam a subir longos degraus garantindo o nível lucrativo de corporações como a Unilever, Fiat, Nestlé, Portugal Telecom, AB InBev. E embora as filiais instaladas no Brasil estejam salvando as matrizes, em 2009, a remessa dos lucros foi 30% menor do que em 2008, isso devido à crise. A expectativa do Banco Central para este ano, considerando o crescimento brasileiro é de que a remessa de lucros seja de US$ 30,2 bilhões, superando a marca de US$ 25,3 bilhões de 2008.

A lógica é nefasta. Nos países centrais, os trabalhadores pagam a conta da crise com a perda de direitos e queda do nível de vida. Na periferia, pagamos com a superexploração, com a precarização e com a terceirização, além da perda de direitos e congelamento de salários. Já escreveu Karl Marx: "Trabalhadores do mundo univos, pois a única coisa a perder são as suas correntes". Não seria a hora?

IMAGEM APEOESP



Professores de São Paulo em greve contra caos na Educação

IDÉIAS

Um espaço para a livre expressão de opinião

Os artigos não refletem necessariamente a opinião da diretoria do Sintrajud

Contra a desigualdade e concentração de renda no país

Está em curso uma ofensiva conservadora contra a reforma agrária e contra qualquer movimento que combata a desigualdade social e a concentração de terra e renda no país.

A campanha foi iniciada por setores da "grande imprensa brasileira", ligados aos interesses de latifundiários e parcelas do Poder Judiciário. Chegou ao Congresso, onde uma CPMI foi aberta objetivando constranger quem luta pela reforma agrária.

Os comandantes dessa campanha têm dois objetivos: impedir que sejam estabelecidos novos parâmetros para a reforma agrária, depois de três décadas de exigências, o governo planeja rever os "índices de produtividade" que ajudam a determinar se uma fazenda pode ser desapropriada; e "provar" que aqueles que lutam são os responsáveis pela "violência no campo".

Seria como se, no Apartheid, um manifestante negro atirasse uma pedra contra uma loja freqüentada só por brancos e a mídia sul-africana iniciasse uma campanha para provar que toda a violência não era do regime racista, mas do manifestante que atirou a pedra.

Esse é o pé em que estamos: a violência no campo não é resultado de injustiças históricas que fortaleceram o latifúndio, mas é causada por quem luta para reduzir essas injustiças.

O nome da violência no campo é latifúndio. Mas isso você não verá na TV. A violência e a impunidade no campo podem ser traduzidas em números: mais de 1500 agricultores foram assassinados nos últimos 25 anos. Mesmo assim, segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT) dois terços dos homicídios no campo sequer são investigados e os mandantes e pistoleiros seguem impunes.

A reforma agrária interessa ao Brasil, ao brasileiro, aos movimentos sociais, aos trabalhadores rurais e ao MST. A reforma agrária interessa também aos que se envergonham com os acampamentos de lona na beira das estradas.

A reforma agrária interessa, ainda, a quem percebe que parte da violência urbana pode ser explicada pelo deslocamento de populações expulsas da terra e obrigadas a viver em condições sub-humanas, nas cidades.

Por isso, repetimos: independente de concordarmos ou não com determinadas ações daqueles que vivem há anos sob as lonas na beira de estradas, estamos em um momento decisivo e precisamos defender a reforma agrária.

Rede de comunicadores do Brasil em apoio à Reforma Agrária

IDÉIAS - textos para esta seção devem ser enviados por email para *imprensa@sintrajud.org.br,* contendo no máximo 2.000 toques. Textos com excesso de caracteres serão reduzidos a critério da edição.



FRASES

DE HOJE:

"Não me surpreende em nada (a cena), porque sei que todo mundo recebe e que a política no Brasil é assim. As pessoas precisam receber dinheiro para a campanha",

Flávia Arruda, ex-mulher do governador afastado do DF, José Roberto Arruda. Ela se disse indignada com a prisão do ex-marido, afinal de contas, para ela, corrupção é algo que todo mundo faz.

"Em 2008, a Bancoop entrou com uma ação de despejo contra mim. Ela não foi concluída, mas desde então, vivo o pesadelo de eles tirarem o meu único bem material",

Maria Fátima Bonfim, de 55 anos, bancária aposentada, em seu relato sobre a situação causada pela Cooperativa dos Bancários (ligada ao sindicato dos bancários, dirigida por petistas), que está sendo investigada pelo Ministério Público sobre desvio de verbas para financiamento das campanhas eleitorais do PT.

"O Senador Fernando Collor (PRB-AL) estará, sim, no palanque da candidata Dilma Roussef. Seria incoerência tê-lo como parceiro no plano nacional e alijá-lo no plano local",

Joaquim Brito, presidente do PT de Alagoas, em mais uma demonstração de que não resta mais nada daquilo que já foram os ideais petistas no passado.

DE ONTEM:

"A corrupção dos governantes quase sempre começa com a corrupção dos seus princípios"

Barão de Montesquieu

Vitória do Jurídico

Sintrajud garante aposentadoria especial para oficiais de justiça

Os interessados que já tem condições de pleitear aposentadoria podem ter acesso ao requerimento no site do Sindicato

O Sintrajud foi vitorioso no Mandado de Injunção (MI) 1309, que reivindicava aposentadoria especial para os filiados ao Sindicato que atuam como oficiais de justiça. A decisão foi publicada no último, dia 04, no site do STF.

De acordo com a sentença, assinada pelo ministro Joaquim Barbosa: "fica concedida parcialmente a ordem, para determinar que a autoridade administrativa competente proceda à análise da situação fática dos oficiais de justiça avaliadores, substituídos pelo impetrante (Sintrajud) para fins de aposentadoria especial". O Ministro garantiu a aplicação do art. 57 da Lei 8.213/91, que prevê aposentadoria pelo regime geral da Previdência Social.

Para o diretor do Sintrajud e oficial de justiça, Erlon Sampaio, essa decisão significa que "a mais alta corte do Poder Judiciário (STF) corrigiu uma injustiça, ao conceder a aposentadoria especial aos oficiais de justiça, (pois os mesmos desempenham atividade de risco), porque até o momento tratava de forma desigual os iguais".

Erlon lembra ainda que o MI abrange somente os sindicalizados. Os que ainda não são sócios do sindicato podem se filiar e assim também serão beneficiados com essa decisão.

Os interessados que já tem condições de pleitear a aposentadoria podem ter acesso ao requerimento no site www.sintrajud.org.br. A íntegra da decisão também encontra-se no site do Sindicato



Jesus Carlos

Oficiais de justiça em reunião no Fórum Criminal, em julho de 2009

Liberdade e autonomia sindical

Somos contra o imposto sindical

Contribuição obrigatória serve apenas para dar dinheiro a entidades pelegas e é um ataque aos servidores públicos

O Conselho da Justiça Federal determinou, no início do ano, que a Justiça Federal de 1º e 2º graus de todo país passe a recolher a contribuição sindical obrigatória (imposto sindical) dos servidores do Judiciário Federal, independente se são, ou não, sindicalizados. A decisão é decorrente da ação da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), que não tem qualquer representatividade junto à categoria. O Sintrajud é radicalmente contra a contribuição compulsória. Está entre as principais bandeiras do Sindicato, que a entidade sindical deve ser mantida pela contribuição espontânea de seus associados.

Para impedir o desconto, o Sintrajud já ingressou com ação judicial na Seção Judiciária do Distrito federal, em 1º de março, (processo 9564-712010.4.01.3400, 16ª Vara Federal), requerendo o impedimento dos descontos, a devolução dos valores e a nulidade da Instrução Normativa 1/2008 do Ministério do Trabalho, que prevê a cobrança de imposto sindical dos servidores Públicos.

Para a diretora do Sintrajud Ana Luiza de Figueiredo, a cobrança do imposto sindical é mais um ataque do governo aos servidores e as entidades sindicais independentes e de luta. "Nós sempre defendemos que a contribuição à entidade sindical deve se dar de forma espontânea. Essa é a única forma de mantermos o sindicato forte e independente do governo e vamos buscar todas as medidas cabíveis, seja jurídica ou política, contra esse desconto arbitrário, que foi instituído pelo governo Getúlio Vargas, para controlar os sindicatos.

Em São Paulo, o Sintrajud entrou em contato com a folha de pagamento da TRF. A informação é que este mês não haverá desconto. Segundo um funcionário do setor, de acordo com a determinação do CJF a base de cálculo é março, mas o recolhimento da guia poderá ser feito até 31 de abril. Ele disse ainda que estão aguardando mais informações técnicas de como se deve proceder o desconto.

Na Justiça do Trabalho, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) tem sessão agendada para a próxima semana, em que poderá definir a questão para JT de 1º e 2º graus.

O TSE informou que não vai proceder o desconto.

De acordo com Ana Luiza, o Sintrajud vai fazer uma ampla campanha contra a o Imposto Sindical. Além disso, vai apresentar proposta no Congresso da Fenajufe, que será realizado de 27 a 31 de março, em Fortaleza, para que a campanha contra o imposto seja uma luta nacional da categoria.

Em audiência

Administração do TRE recebe reivindicações dos servidores

Assembleia no TRE dia 23/03 também irá discutir problemas específicos

Na última segunda-feira (8), o Sintrajud foi recebido pela diretora-geral do TRE, Jade Prometti, e o juiz assessor da presidência, Marco Vargas. Na reunião, o Sindicato apresentou as reivindicações dos servidores do Eleitoral. De acordo com a diretora do Sintrajud Maria Cecília, a reunião foi positiva. "Eles se mostraram dispostos a conversar sobre os problemas apresentados", disse.

Entre as reivindicações levadas à administração do tribunal está o pagamento das horas extras desde 2005, que ainda estão em haver. O Sindicato pediu que o pagamento fosse efetuado em pecúnia ou por descanso, conforme a vontade do servidor. Foi solicitado também o pagamento imediato dos passivos. Sobre as dívidas do tribunal com os servidores, eles disseram que irão estudar e que haveria uma medida do TSE orientando o pagamento dos juros dos 11, 98% em quatro anos com quatro parcelas.

O Sintrajud cobrou ainda melhores condições de trabalho em todos os prédios, inclusive, no prédio da Dr. Falcão. Inaugurado em 2007, até hoje o ar condicionado do edifício não funciona. Os representantes do tribunal disseram na reunião que a Eletropaulo não adequou a capacidade energética do prédio e isso seria a causa do ar condicionado não estar funcionando.

Outra solicitação foi em relação à acessibilidade. Foi pedido que o prédio da Dr. Falcão seja adaptado, com instalação de rampa de acesso, e que os cartórios que ainda não estão, sejam adequados o quanto antes. A jornada de seis horas sem redução de salários, com possíveis dois turnos, também foi reivindicada pelos benefícios que traria aos servidores e ao atendimento jurisdicional.

Cecília informa que foi solicitado que as respostas às reivindicações sejam encaminhadas ao Sindicato o mais rápido possível. O Sintrajud continuará acompanhando e cobrando todas as questões levantadas na reunião.

Além da diretora Cecília, participaram da reunião a advogada do Sindicato Eliana Villela e uma servidora da base.

Debate

Seminário debate papel do Estado e do Judiciário

Sintrajud discute como as mudanças das últimas décadas refletem em perdas de direitos para os trabalhadores

As modificações que o Estado sofreu nos anos 1990 na América Latina, sobretudo no Brasil, são reflexos das mudanças no mundo do trabalho e na economia mundial, ocorridas nas décadas anteriores. Conforme explicou a professora Luci Praun, no "Seminário sobre a Reforma do Estado do Poder Judiciário", realizado pelo Sintrajud no último final de semana.

Ela destacou que no final dos anos 1980, o Banco Mundial (BM) começou a determinar mudanças que seriam necessárias para os países do sul entrar na nova ordem econômica mundial, o neoliberalismo. Segundo Luci, essas imposições decorrem da crise do petróleo do final dos anos 1970, quando os capitalistas, para encontrar novos mercados e manter suas taxas de lucro, impuseram a ideia de que o Estado deveria abrir mão de diversos serviços e entregá-los à iniciativa privada.

Com o neoliberalismo, as privatizações, vieram a terceirização da mão-de-obra e a flexibilização trabalhista. Mudanças legislativas em vários países, inclusive no Brasil, efetivaram essa política. "O processo de reforma gerencial, iniciada no Brasil, segue essencialmente o mesmo caminho, trazendo a necessidade de debatermos com mais profundidade qual é o papel do Estado", disse a diretora do Sintrajud Leica Silva.

Estado para poucos

Para o historiador Valério Arcary "o Estado é uma máquina de opressão", que está a serviço da classe dominante. Como exemplos desse papel, Valério citou o recente terremoto no Chile, onde o Estado em vez de garantir a distribuição de alimentos, reprimiu a população que buscava água e comida. A primeira medida do Estado foi reprimir saques, ou seja, defender a propriedade privada.

O palestrante Grijalbo Coutinho, juiz trabalhista da 19ª vara do DF e ex-presidente da Anamatra, afirmou que o Judiciário expressa os interesses do poder econômico, como exemplo citou a terceirização. "Não há lei especifica sobre terceirização, ela se legalizou via poder Judiciário, pelo reconhecimento na jurisprudência". Segundo ele, a terceirização é um golpe mortal para os trabalhadores, pois os divide. "Com sua organização fragilizada o Direito do Trabalho vem sendo dilapidado sistematicamente pelo Estado", disse.



Wladimir Aguiar

O historiador Valério Arcary no seminário do Sintrajud

O advogado Aderson Bussinger, ex-conselheiro da OAB, abordou como a estrutura do Judiciário está seguindo o Documento 319, do Banco Mundial. Para Aderson, as metas impostas no Judiciário são uma demagogia por desconsiderarem as condições necessárias para uma boa prestação jurisdicional. "Em nome do combate à morosidade querem superexplorar os trabalhadores, o Judiciário não é uma fábrica." Ele também defendeu um Judiciário democrático, com eleição para juizes, uma vez que eles são "agentes políticos que têm discricionariedade na interpretação da lei".

Mobilização

O seminário forneceu subsídios para a categoria iniciar a reflexão sobre essas mudanças, com o objetivo de elaborar propostas sob a ótica dos trabalhadores. "O debate mostrou a justificativa usada para a imposição das metas que tenta culpar os servidores pela falta de estrutura do Judiciário", disse a diretora do Sintrajud Maria Angélica Olivieri.

Ela destaca que o Congrejufe (Congresso da Fenajufe), que acontece no final deste mês, deverá discutir o tema, que será levado pelo movimento Luta Fenajufe.

Dia de luta da mulher

Mulheres precisam avançar na organização e luta

Debate realizado no Sindicato mostra que elas ainda são mais exploradas e oprimidas

O debate realizado nesta segunda no Sintrajud, em comemoração ao Dia Internacional das Mulheres (08 de Março), teve como ponto central a necessidade das mulheres avançarem na luta pela sua emancipação. São 100 anos desde a criação da data no 2º Congresso de Mulheres Socialistas, realizado na Dinamarca. Entretanto, de lá pra cá apesar dos avanços, no mundo todo, as mulheres ainda sofrem discriminação.

Primeira a falar, Luciana Araújo, representando a Intersindical, ressaltou a importância do debate e destacou os 100 anos da data. Para ela, nesse período houve avanços e retrocessos.

No Brasil, a situação não é diferente do resto do mundo, as mulheres recebem ainda hoje salários 30% mais baixos do que homens na mesma função.

Ana Pagamunici, que falou em nome da Conlutas, destacou a iniciativa do Sintrajud de debater como as mulheres podem lutar contra a opressão e exploração na sociedade capitalista. "Apesar de serem 50% da população mundial e 41% da população economicamente ativa, a situação das trabalhadoras no mundo é de discriminação e opressão", ressaltou. Ela apresentou dados do Unicef e da Unesco que revelam que dos cerca de um bilhão de analfabetos existentes, dois terços são mulheres.

Dos mais pobres do mundo, 70% são mulheres. Ainda segundo o Unicef, 25% das mulheres latino-americanas já sofreram algum tipo de violência em casa.

Ana destacou ainda a luta constante das mulheres trabalhadoras, seja por igualdade salarial, creches, direito de decidir sobre seu corpo ou direito ao voto. "Essas são algumas bandeiras". A dirigente da Conlutas também destacou a situação das mulheres no Haiti, onde, segundo dados de organizações não governamentais que atuam naquele país, 72% das haitianas foram violentadas desde a ocupação.



Jesus Carlos

Debate discute situação da mulher

Jornal do Judiciário
Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

DIRETORIA: Ana Luiza de Figueiredo Gomes; Ana Maria Fevereiro; Antonio Carlos Correia; Antonio dos Anjos Melquiades; Cláudio Soares Correa; Cleber Borges de Aguiar; Démerson Parreira Galvão Dias; Eliseu da Silva Trindade; Erlon Sampaio de Almeida; Inês Leal de Castro; Jorge Costa; Leica Cláudio Silva; Luis Fernando Pasin; Maria Angélica Olivieri; Maria Cecília Pereira; Marcelo Penna Kagaia; José Carlos Sanches.

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88/16º - São Paulo/SP - CEP 01034-000 - tel. (11) 3222 5833 - fax 3225 0608 - e-mail: sintrajud@sintrajud.org.br / **Subsede Baixada Santista:** R. Proost de Souza, 35 - Santos/SP - cep 11040-090 - e-mail: sintrajudsantos @uol.com.br - tel. (13) 3238 3807 / **Subsede Barra Funda:** R. Marquês de São Vicente, 235 - 19º and. - Bl. B - B. Funda/SP - cep 01139-001 - e-mail: subbarrafunda@sintrajud.org.br - tel. (11) 3392 3728 / 3525 9672 **Editora:** Jocilene Chagas **Jornalistas:** Adriana Delorenzo e Carlos Eduardo Batista **Colaborador:** Hélcio Duarte Filho **Diagramador:** Daniel Oliveira **Tiragem:** 13.000